

## Brasil: Legado de segurança e equidade para a Copa do Mundo Feminina de 2027

*Um ano para o início do evento marca a necessidade de ação urgente no futebol feminino e de base*

(São Paulo, 23 de junho de 2026) – A apenas um ano do início da Copa do Mundo Feminina de 2027, o governo brasileiro, as autoridades nacionais do futebol e a FIFA devem priorizar os direitos e o bem-estar de mulheres e crianças no futebol, afirmou hoje a [Sport & Rights Alliance \(SRA\)](#). Como primeiro país sul-americano a sediar o torneio para mulheres, o Brasil tem uma oportunidade histórica de superar o [legado problemático de megaeventos esportivos](#) já realizados no país.

“Megaeventos já realizados no Brasil, como a Copa do Mundo Masculina de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, se concentraram na construção de grandes obras de infraestrutura sem considerar o impacto nas comunidades locais. Já a Copa do Mundo Feminina de 2027 traz uma oportunidade de focarmos na construção de proteções para as pessoas envolvidas no futebol”, disse [Andrea Florence](#), diretora executiva da Sport & Rights Alliance. “Esse seria um legado muito importante, especialmente em um país onde mulheres e meninas não só foram proibidas por lei de jogar futebol por quatro décadas – mas onde elas ainda continuam sendo vítimas de discriminação, abuso e desigualdade.”

Os índices de violência nesse ambiente historicamente desigual foram confirmados por um [estudo quantitativo](#) recente, publicado no ano passado no [Journal of Interpersonal Violence](#). A pesquisa, realizada com 857 atletas de rendimento no Brasil, revelou que 93% dos participantes relataram ter vivenciado pelo menos uma forma de violência interpessoal.

“A história de exclusão e de desequilíbrio sistêmico no Brasil significa que qualquer avanço percebido ou agenda de equidade de gênero, especialmente no esporte, deve ser interpretado com cautela”, disse [Silvana Goellner](#), diretora do Centro de Memória do Esporte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). “Historicamente, a cobertura midiática, do esporte recreativo de base ao alto rendimento, nunca foi verdadeiramente equilibrada quando se compara o acesso de mulheres e homens ao esporte.”

Especificamente, 91% dos atletas relataram ter sofrido episódios de violência psicológica, 63% violência sexual e 55% violência física. Os achados revelaram que mulheres e meninas são proporcionalmente mais vulneráveis à violência psicológica e sexual; atletas de esportes coletivos estão mais propensos à violência física; e aqueles com contratos profissionais ou bolsas esportivas estão mais suscetíveis ao abuso psicológico.

“Estamos pedindo ao governo brasileiro que crie uma entidade nacional de esporte seguro para investigar abusos, implemente uma supervisão mais rigorosa sobre suas federações esportivas regionais e nacionais, incluindo centros de formação de futebol e clubes, e melhore as condições de trabalho das jogadoras”, disse [Joanna Maranhão](#), coordenadora de rede da Sport & Rights Alliance. “Este é o momento de transformar todo o sistema para que as jogadoras do esporte mais popular do nosso país possam prosperar.”

Essa violência generalizada começa muito antes de atletas chegarem ao nível profissional. Os centros de formação do futebol brasileiro, que recrutam e alojam crianças a partir dos 10 anos de idade, muitas vezes operam com pouca ou nenhuma vigilância externa. A falta de supervisão nesses espaços levou a falhas sistêmicas e danos, como o incêndio de 2019 no [Ninho do Urubu](#), centro de treinamento do Flamengo, que causou a morte de dez atletas crianças.

“Crianças devem poder buscar seus sonhos de jogar futebol sem sofrer abuso e negligência”, disse [Minky Worden](#), diretora de iniciativas globais da [Human Rights Watch](#). “As autoridades brasileiras devem garantir que os centros de formação de futebol, onde crianças deixam para trás suas famílias e redes de apoio em busca da chance de se tornarem profissionais, não sejam zonas de alto risco para exploração, mas espaços seguros para que atletas possam jogar e se desenvolver.”

No nível profissional, muitas equipes femininas no Brasil continuam enfrentando ambientes de treinamento, remuneração e apoio extremamente precários em comparação com o futebol masculino. Reportagens recentes sobre [Flamengo](#), [Corinthians](#) e [Avaí Kindermann](#) expuseram meses de salários atrasados, orçamentos reduzidos e falta de equipamentos e instalações básicas, incluindo água limpa, para as equipes femininas.

“As jogadoras de futebol brasileiras estão entre as melhores do mundo, e seus direitos básicos ao trabalho decente e a salários justos devem ser respeitados e protegidos”, disse [Paola Cammilli](#), diretora global de campanhas da Building and Wood Workers’ International (BWI). “A Copa do Mundo Feminina de 2027 deve ser um catalisador para enfrentar as condições precárias de trabalho das mulheres em setores dominados por homens. Dos clubes de futebol à construção de estádios e às cadeias globais de fornecimento, a violência e o assédio são sistêmicos. Tornar todos esses ambientes seguros contra assédio, abuso e exploração laboral, e reconhecer os direitos e a autonomia de todos os trabalhadores é essencial para realizar um esporte seguro, inclusivo e respeitador de direitos.”

À medida que cresce a atenção sobre o futebol brasileiro, mulheres jornalistas têm sido cada vez mais alvo de ataques online orquestrados e de ameaças físicas. Repórteres como [Ana Thaís](#), [Renata Mendonça](#), [Renata Silveira](#) e outras enfrentam assédio por cobrirem casos de violência e discriminação de gênero, destacando a necessidade urgente

de que autoridades protejam jornalistas que estão simplesmente fazendo seu trabalho e noticiando a realidade do futebol.

“Estamos vendo uma tendência alarmante de assédio e violência de gênero contra mulheres jornalistas em todos os espaços, inclusive no esporte”, disse [Artur Romeu](#), diretor do escritório da Repórteres Sem Fronteiras (RSF) para a América Latina. “Com níveis tão altos de agressão contra jornalistas que expõem questões de direitos humanos no esporte brasileiro, está claro que a Copa do Mundo de 2027 não poderá ser bem-sucedida sem um ambiente seguro para a imprensa. Proteções robustas para prevenir, monitorar e responder a esses ataques, e garantir que jornalistas possam fazer seu trabalho sem medo de retaliação ou abuso, são cruciais.”

Tendo [anunciado](#) recentemente um importante plano para combater o racismo no esporte, o governo brasileiro deve aproveitar esse momento para enfrentar também outras questões sistêmicas no futebol feminino e de base. A Copa do Mundo de 2027 deve servir como o ponto de virada definitivo para que o futebol no Brasil se torne um espaço seguro e inclusivo para todos – homens, mulheres, crianças e todas as pessoas que participam do esporte mais popular do Brasil.

“A Copa do Mundo Feminina de 2027 é uma oportunidade para que a FIFA, os organizadores e as autoridades públicas demonstrem que integridade, transparência e boa governança sejam mais que aspirações”, disse Tor Dølvik, assessor especial da [Transparência Internacional Noruega](#), em nome do movimento global anticorrupção. “A prevenção da corrupção e do abuso de poder deve ser demonstrada por meio de ações concretas antes, durante e depois do torneio.”

\*\*\*

### **Sobre a Sport & Rights Alliance**

A missão da Sport & Rights Alliance é promover os direitos e bem-estar de pessoas impactadas pelos riscos de violações de direitos humanos associados à realização de atividades esportivas. Nossos parceiros incluem **Anistia Internacional, The Army of Survivors, Building and Wood Workers’ International (BWI), Football Supporters Europe, Human Rights Watch, ILGA World (Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo), a Confederação Sindical Internacional (ITUC), Repórteres sem Fronteiras (RSF), Transparência Internacional e a World Players Association, UNI Global Union**. Como uma coalizão global de organizações não governamentais e sindicatos, a Sport & Rights Alliance atua em conjunto para garantir que entidades esportivas, governos e demais partes interessadas promovam um mundo do esporte que proteja, respeite e cumpra os padrões internacionais de direitos humanos, direitos trabalhistas, bem-estar infantil e esporte seguro, além de medidas de combate à corrupção.